

# ELEIÇÕES DE 1965: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO POSITIVA DO CANDIDATO JOSÉ SARNEY FEITA PELO JORNAL O IMPARCIAL.<sup>1</sup>

Drielle Souza Bittencourt \*

## Introdução

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado e depois foi instaurada uma ditadura empresarial-militar<sup>3</sup> (1964-1985). Vários trabalhos foram realizados com o objetivo de explicar e problematizar esses acontecimentos, mas o Estado do Maranhão careceu de pesquisas mais profundas que o explicasse nesse período. Atualmente isto está mudando. Assim, é necessário lançar novas luzes sobre o período da ditadura empresarial-militar no Maranhão, principalmente, a partir do estudo de seus impressos. Neste trabalho será utilizado o jornal O Imparcial.

Teoricamente, o jornal será analisado através do conceito de aparelho privado de hegemonia, formulado pelo teórico Antônio Gramsci. Este analisou o Estado, não apenas no seu sentido restrito, mas o ampliou, ou seja, ele está composto pela sociedade política e a sociedade civil. É no seio desta que haverá o direcionamento político através dos aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escola, partidos, sindicatos), na figura dos intelectuais orgânicos:

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade na previsão dos momentos de

---

<sup>1</sup>Artigo publicado em: PICOLO, Monica. Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades – São Luis: Editora UEMA, 2016.

\*O trabalho aqui apresentado foi construído a partir das pesquisas desenvolvidas no projeto “Em Tempo de Maranhão Novo: Política e Economia durante a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira”, bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq coordenada pela Prof. Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo.

<sup>3</sup> A desestatização do presidente João Goulart (democraticamente eleito), a elaboração do projeto golpista e a condução do golpe de Estado em 1964, foi uma coalizão civil-militar. O autor René Dreifuss, através do seu trabalho empírico, sustentou que a participação dos tecnoempresários saídos do complexo IPES/IBAD foi fundamental no movimento golpista, e no pós-golpe ocuparam cargos importantes no governo. Para maiores informações ver a obra: DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987).

crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p.21)

“Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar) [...]”. (COUTINHO, 1989, p. 77). A classe ou fração de classe que chega ao poder precisa manter-se hegemônica:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, por isso, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2000, p. 95)

Primeiramente será feita uma discussão da importância do jornal como fonte para o conhecimento histórico, depois uma análise das eleições de 1965 no âmbito nacional e no Maranhão, por último será explorado como O Imparcial agiu dentro da sociedade civil na construção do consenso em torno da figura de José Sarney. Tiveram outros fatores que também contribuíram, pois, para ele conseguir chegar ao governo do Estado, foi o uso dos aparelhos repressivos do Estado associados a formação do consenso.

### **O jornal O Imparcial como fonte**

Os jornais têm o poder de convencer o seu público e assim privilegiar a fração de classe e o projeto político ao qual apóia. Ao longo da história, sempre foi muito importante na condução das decisões políticas, pois, “a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história” (DE LUCA; MARTINS, 2008, p. 8), e:

Os impressos que por aqui circulam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras, a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, interagindo-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa e nas instituições. (DE LUCA; MARTINS, 2008, p. 8)

“A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19). Ela pode ser decisiva para modelar pensamentos, opiniões e comportamentos, como afirma Capelato, ela se impõe como uma força política:

Os governos e os poderosos, por isso, sempre a utilizam e temem; ora adulando, ora vigiando, controlando e punindo. Pois, os impressos têm a função de “despertar as consciências” e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor. (CAPELATO, 1980, p.23)

O jornal enquanto fonte para o conhecimento histórico é muito importante, assim no que se refere à construção historiográfica do Maranhão, o uso de seus impressos tem muito a contribuir. Trabalharei com o jornal *O Imparcial*, importante folhetim do Estado, fundado em 1º de maio de 1926 por José Pires Ferreira<sup>4</sup>. Em outubro de 1944 foi vendido aos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand<sup>5</sup>. O nome do jornal já sugere qual posicionamento ele queria parecer tomar, mas esse foi um discurso do seu primeiro dono, mesmo assim vez ou outro ele não conseguia esconder sua posição. Quando o jornal é incorporado aos diários associados, essa “imparcialidade” desaparece de vez, apesar do discurso inicial do dono do conglomerado ser de que prezariam por ela, passando a se envolver e opinar mais sobre algumas questões, principalmente políticas, sendo tendencioso.

Eram privilegiados os interesses políticos/empresariais, por exemplo, apoiou a ditadura empresarial-militar, não a considerando como fruto de um golpe, mas sim como uma “revolução”. Quando Sarney concorreu ao cargo de governador do Estado em 1965, foi realizada uma forte campanha para ele, sendo como um cabo eleitoral.

### **Cenário político nacional pré-eleição de 1965**

Em 1964 o golpe de Estado no Brasil não foi conduzido somente pelos militares, mas foi fruto de um projeto que nasceu dentro do complexo IPES/IBAD/ESG<sup>6</sup>. Após o golpe, Ranieri Mazelli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu formalmente o governo<sup>7</sup>. Em

---

<sup>4</sup> Era um comerciante do ramo de importação e exportação, jornalista e político.

<sup>5</sup> Jornalista; senador em Pernambuco 1952-1955; senador no Maranhão 1955-1957; embaixador brasileiro na Inglaterra 1957-1960. Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou no Rio de Janeiro o matutino *O Jornal*, de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária. Seis meses mais tarde adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como Diários Associados. Assim, em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Assis Chateaubriand)

<sup>6</sup> IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais; IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática; ESG: Escola Superior de Guerra.

<sup>7</sup> Com a derrubada do governo João Goulart, assumiu o poder em caráter provisório e dentro da fórmula constitucional o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. No entanto, os militares

09 de Abril de 1964 foi instaurado o Ato Institucional Número Um (AI-1)<sup>8</sup>, com ele foi possível realizar eleições indiretas para presidência da República, sendo formado um colégio eleitoral que escolheu o Marechal Humberto Castelo Branco.<sup>9</sup>

De acordo com a Constituição de 1946, em 1965 em onze Estados deveriam ser realizadas eleições para governadores:

Segundo a legislação eleitoral da época, haveria eleições em 11 Estados para a escolha de governadores, com mandatos de cinco anos coincidindo com o do Presidente da República. Os onze demais Estados tinham mandatos de quatro anos. As eleições para a escolha nestes coincidiam com as eleições para o Congresso. (ALVES, 1984, p.80)

“Para tranquilizar a opinião pública quanto as suas intenções democráticas o governo Castelo Branco prometeu cumprir o calendário” (ALVES, 1984, p.80). Ele tinha as engrenagens coercitivas do Estado, mas também precisa formar uma opinião pública favorável, então o presidente pregava que aquele momento era apenas uma passagem para a democracia ser restabelecida, pois, uma das justificativas para a deposição do presidente anterior era que o Brasil estava se inclinando para o comunismo. Coerção e o consenso estavam caminhando do mesmo lado, como formula Gramsci, um não é o oposto do outro.

Os militares não tinham opiniões e posicionamentos homogêneos, havia dissidências, e dois grupos tiveram um embate maior no interior das Forças Armadas, os castelistas, grupo ligado a Castelo Branco, eles pregavam que aquele era um momento transitório para depois o poder ser entregue aos civis. É importante ressaltar que eles não tinham esse discurso por serem bons, mas sim porque tinham a noção de como era importante o direcionamento político no âmbito da sociedade civil através do consenso. O outro eram os linhas-duras, eles afirmavam que o Estado precisava ser forte para combater a ameaça comunista e era preciso

---

passaram a exercer o poder de fato, constituindo uma junta governativa formada pelos ministros militares — o vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald, da Marinha, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica, e o general Artur da Costa e Silva, da Guerra. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Atos Institucionais).

<sup>8</sup> Composto de 11 artigos, o AI-1 era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que, “a revolução, investida no exercício do Poder Constituinte, não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”, o AI-1 determinava em seu artigo 2º que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República. O mandato presidencial se estenderia até 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Atos Institucionais)

<sup>9</sup> Primeiro Presidente da ditadura empresarial-brasileira, seu governo foi de 1964 a 1967.

fortalecer os aparelhos repressivos do Estado usando-os para combater qualquer tipo de subversão.

Quando Castelo assumiu o compromisso de manter as eleições de 1965, como estava previsto pela Constituição, os linhas-duras não gostaram, para eles o governo ainda não estava estabilizado para conseguir vitória nos Estados considerados mais importantes. Então pressionavam o presidente para o pleito ser adiado, mas não conseguiram êxito. “Os grupos opositores no interior do Estado negociaram um compromisso: as eleições realizar-se-iam como programado, mas seria promulgada uma lei para impedir a candidatura dos indesejáveis” (ALVES, 1984, p. 86). Com o intuito de eliminar esses candidatos foi confeccionada a Lei das Inelegibilidades, com ela se tornavam inelegíveis:

[...] os ex-ministros de Estado do governo João Goulart, quer civis, quer militares; ex-secretários estaduais e municipais envolvidos em subversão ou corrupção; os presidentes de autarquias ou repartições federais, que tenham sido envolvidos em atividades contrárias ao regime, etc. São também inelegíveis não podendo ser candidatos a prefeitos, os parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau dos presidentes e vice-presidentes da República, dos governadores e vice-governadores, dos prefeitos e vice-prefeitos municipais. (Aprovada pela Câmara a nova Lei de Inelegibilidades, *O Imparcial*. São Luis, 10 de julho de 1965, p. 1)

O jornal *O Imparcial*, aliado da ditadura empresarial-militar, traz uma síntese do que o Presidente queria para as eleições, pelo menos teoricamente:

Eleições limpas, autênticas, sem os vícios do passado, sem os processos de fraude que violentam a vontade popular e, sobretudo com candidatos conduzindo a campanha em nível elevado, desprezando a linguagem desabrida e as retaliações pessoais – eis os pontos básicos preconizados pelo Presidente da República para o pleito de outubro nos onze Estados cujos governadores terminam seus mandatos em janeiro vindouro, e para cuja concretização irá pedir a ajuda da Justiça Eleitoral. O chefe do Governo nos últimos contatos que manteve com parlamentares de diversos partidos reafirmou o seu propósito de não interferir politicamente em nenhum destes Estados, mas insistiu que a luta sucessória tanto quanto possível seja travada entre candidatos identificados com a Revolução. (Presidente quer as eleições de 65 limpas e sem vícios, *O Imparcial*. São Luis, 20 de julho de 1965, p. 1)

O governo conseguiu tirar da concorrência alguns candidatos. As eleições ocorreram em 03 de outubro de 1965 nos seguintes Estados: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. A oposição ganhou nos quatro Estados mais fortes: Santa Catarina, Mato Grosso, Guanabara e Minas Gerais. Os candidatos vencedores dos dois últimos tiveram que fazer um acordo para poder tomar posse. O governo federal teria o direito de indicar os secretários de Segurança

Pública, ou seja, o poder coercitivo não ficaria nas mãos dos governadores, porque eles representavam um perigo para a ditadura empresarial-militar. Com a força policial nas mãos, ajudaram na desestabilização do governo de Jango e na condução da tomada de assalto do Estado<sup>10</sup>. Em hipótese alguma o governo ditatorial queria que se voltasse contra ele.

### **As eleições de 1965 no Maranhão e a campanha política de José Sarney**

O Maranhão foi controlado durante duas décadas (1946/1965) por Vitorino Freire<sup>11</sup>, mas no final dos anos 50, o seu poder começou a diminuir e outra figura política emerge nesse cenário, José Sarney. Este se vincula inicialmente ao grupo de Vitorino, assumindo o cargo de deputado federal pelo PSD (Partido Social Democrático) em 1955. Em 1958 migra para UDN (União Democrática Nacional), que fazia parte das “Oposições Coligadas”<sup>12</sup>, e é eleito deputado federal pela primeira vez com 17.189 votos, de acordo com Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. “A posse em fevereiro de 1959 foi imediatamente seguida pela adesão à Frente Parlamentar Nacionalista que, para o Maranhão, se traduziu naquelas que são as principais bandeiras da plataforma de Sarney nas eleições estaduais de 1965” (PICOLLO, 2015, p. 73).

Essa oposição, a qual Sarney fazia parte, defendia a bandeira anti-vitorinista. Dessa forma, o udenista vai se apresentar como a possibilidade do “novo” para o Maranhão. Em seus discursos apresentava o vitorinismo como velho e arcaico, só trazia o atraso para o Estado. A partir dessa dicotomia entre “velho” e “novo”, ele começou a alicerçar o discurso

---

<sup>10</sup> Esse apoio veio através de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, o primeiro governador de Minas Gerais e o segundo da Guanabara.

<sup>11</sup> Vitorino de Brito Freire nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra (PE), no dia 28 de novembro de 1908. Vitorino Freire exercia esse cargo quando, em 18 de julho de 1934, foi nomeado secretário do interventor federal no Maranhão, o capitão Antônio Martins de Almeida, que havia conhecido durante a Revolução Constitucionalista. Durante a gestão desse interventor (29/3/1933 a 22/7/1935) ocorreram várias violências policiais em São Luís contra seus adversários políticos. A Associação Comercial da cidade chegou a decretar uma greve do comércio em represália à prisão de seus diretores no quartel da Força Pública. Segundo seus adversários, Vitorino passou nesse momento a comandar um bando denominado “Papai Noel”, especializado em surrar os opositores do governo. Vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD), do Maranhão, na época uma agremiação de âmbito estadual, Vitorino foi incumbido de organizá-lo para as eleições estaduais de 1935. Nas eleições de outubro de 1962, Vitorino reelegeu-se senador pelo Maranhão na legenda do PSD, passando a exercer a liderança desse partido no Senado. Em 1963 e 1964, foi vice-líder da maioria e em 1965 exerceria de novo a liderança do PSD. Vitorino Freire apoiou o movimento político-militar que depôs João Goulart em 31 de março de 1964, estreitando relações com os chefes militares, entre os quais o general Humberto Castelo Branco e o general Ernesto Geisel. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Vitorino Freire)

<sup>12</sup> No Maranhão foi constituída por estes partidos: UDN, PSP, PR, PDC, PTN, PRP. Faziam oposição ao vitorinismo.

que criou o slogan do “Maranhão Novo”<sup>13</sup>, o qual será muito explorado em sua campanha (1965) e governo (1966-1969).

A partir de sua eleição em 1958, José Sarney começa a se destacar mais no cenário político maranhense, estava dando os primeiros passos para sua ascensão como principal liderança política do Estado. A vitória nas eleições de 1965 foi fundamental para aumentar o seu prestígio e poder. Para ele conseguir chegar ao cargo de governador alguns apoios foram fundamentais.

Logo após o golpe empresarial-militar, começou a repressão e importantes lideranças locais tiveram que sair do cenário político. Através desses mecanismos coercitivos, Neiva Moreira<sup>9</sup>, que até então figurava como principal liderança da oposição saiu de cena. Assim, Sarney tornou-se uma das principais lideranças da oposição.

O vitorinismo estava enfraquecendo cada vez mais e as dissidências ficaram maiores. Principalmente, quando dois de seus membros, Newton Bello<sup>14</sup> e Vitorino Freire apoiaram candidatos diferentes para as eleições de 1965, o primeiro apoiou Costa Rodrigues<sup>15</sup> e o segundo Renato Archer<sup>16</sup>. Sarney obteve o apoio de Castelo Branco, este acreditava que

---

<sup>13</sup> Apresentava-se como a possibilidade de um novo Maranhão, ao qual se soltaria dos tentáculos do vitorinismo, e começaria a progredir no âmbito da política, da economia e da sociedade.

<sup>14</sup> Em 1960, Newton Belo elegeu-se governador do Maranhão, derrotando Clodomir Millet, e, deixando a Câmara dos Deputados, assumiu o cargo em janeiro de 1961. Nas eleições seguintes para o governo estadual, realizadas em 3 de outubro de 1965, apoiou inicialmente o candidato do PSD, Renato Archer, que era apoiado por Vitorino Freire e concorria com Antônio Eusébio da Costa Rodrigues, da legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), e com José Sarney, da legenda da União Democrática Nacional (UDN), ostensivamente apoiado pelo governo do presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Devido a pressões do governo federal, Newton Belo passou a apoiar Costa Rodrigues. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Newton Bello)

<sup>15</sup> Antônio Eusébio da Costa Rodrigues nasceu em São Luís no dia 29 de maio de 1915. No pleito de outubro de 1950 candidatou-se a deputado federal por seu estado na legenda do Partido Social Trabalhista (PST) e obteve a primeira suplência. Já nas eleições suplementares realizadas no Maranhão em setembro do ano seguinte, conseguiu eleger-se deputado federal, exercendo seu mandato de outubro de 1951 a fevereiro de 1952, de novembro deste último ano a dezembro de 1953 e novamente a partir de janeiro de 1954. Em outubro deste último ano reelegeu-se deputado federal pelo Maranhão, dessa vez na legenda do Partido Social Democrático (PSD), e, em janeiro de 1959, deixou definitivamente a Câmara. Nas eleições de outubro de 1965 concorreu ao governo do Maranhão na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), apoiado pelo então governador Newton Belo (1961-1965), mas foi derrotado pela chapa encabeçada por José Sarney. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Antônio Euzébio da Costa Rodrigues)

<sup>16</sup> Renato Bayma Archer da Silva nasceu em São Luís no dia 10 de julho de 1922. Com a queda do Estado Novo (1937-1945) e o consequente processo de redemocratização, Renato Archer valeu-se dos laços familiares para ingressar na vida política. Promovido a primeiro-tenente em setembro de 1946, encontrava-se a bordo do contratorpedeiro Babitonga quando foi chamado ao gabinete do presidente Eurico Gaspar Dutra. Nas eleições de outubro de 1954 Archer elegeu-se deputado federal pelo Maranhão na legenda do PSD, e em fevereiro de 1955 iniciou seu mandato. Em abril, embora permanecesse licenciado do serviço ativo, foi promovido a capitão-de-corveta. Na Câmara dos Deputados, junto com outros parlamentares como Ulisses Guimarães, João Pacheco Chaves, Antônio de Oliveira Brito, Tarcilo Vieira de Melo, José Joffily, Leoberto Leal, Nestor Jost e Cid Carvalho, formou a chamada Ala Moça do PSD. Identificado com a candidatura de Juscelino Kubitschek às eleições presidenciais de outubro de 1955, o grupo contribuiu efetivamente para sustentá-la frente às tentativas

deveria intervir na eleição maranhense como uma forma de moralizá-la, ou seja, extirpar os métodos vitorinistas usados para dominar a política local, pelo menos aos olhos da população.

O trecho abaixo demonstra essa intenção:

“O Maranhão seria o grande campo experimental para a Revolução: campo para uma ação moralizadora; campo para mostrar até que ponto desceu a coisa pública nesse país e campo para fazer funcionar as potencialidades de um Estado rico que paradoxalmente só tem servido para manter o povo pobre a abandonado” (O IMPARCIAL, 08 de dezembro de 1964 apud PICCOLO, 2015, p. 80)

Esse apoio se materializou através da revisão eleitoral, convocação de tropas do exército, garantindo que tudo ocorreria “bem”. “Incidu diretamente sobre as engrenagens políticas locais, contribuindo decisivamente para que as forças oposicionistas se aglutinassem em torno de Sarney”. (PICOLLO, 2015, p. 81)

### **A campanha de José Sarney em 1965 e o jornal O Imparcial**

Em 27 de Março de 1965 é lançada oficialmente a candidatura de José Sarney. A partir de então o jornal O Imparcial começou a construir positivamente a figura do candidato, o colocando como a única possibilidade de “salvação” do Maranhão. Esse aparelho privado de hegemonia, através de seus intelectuais orgânicos, trabalhou incansavelmente no direcionamento político de seus leitores para que em outubro de 1965 Sarney pudesse chegar ao poder. A campanha feita pelo jornal intensificou-se a partir de junho do ano do pleito.

O PSD não lançou um candidato, nem chegou a realizar sua convenção. O vitorinismo estava em decadência. Assim, suas duas importantes lideranças apoiaram candidaturas diferentes. O imparcial aproveitou essa crise para mostrar a instabilidade desse grupo político, principalmente, após o anúncio oficial, feito em 02 de julho de 1965, no qual Vitorino Freire rompe com Newton Bello. Veja abaixo:

Embora já esperado, o rompimento do senador Vitorino Freire causou tremendo impacto no meio pessedista. Entre os poucos convencionais do

---

de veto formuladas por outros setores do partido. Nas eleições de outubro de 1958 Renato Archer reelegeu-se deputado federal pelo Maranhão, sempre na legenda do PSD. Em janeiro de 1961 foi transferido para a reserva remunerada, promovido a capitão-de-fragata. O regime de exceção trouxe dificuldades à carreira política de Archer, principalmente em virtude de sua posição contrária aos atos de força que permitiram a cassação de mandatos parlamentares. Sua primeira grande derrota política, ocorrida em outubro de 1965, quando foi candidato ao governo do Maranhão, resultou sobretudo da pressão do governo federal. O presidente Humberto Castelo Branco, empenhado na vitória do candidato udenista José Sarney, influenciou o governador Newton Belo, do PSD, no sentido de retirar seu apoio à candidatura de Archer. Sem ter sua candidatura registrada, embora confirmada pela convenção regional pessedista, Archer lançou-se pelo PTB com o apoio de Cid Carvalho, presidente do diretório estadual do partido. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Renato Archer)

Partido, que ainda se encontram em São Luis (mais de setenta já regressaram ao interior deixando procuração), reinava desânimo e estupefação. Ninguém entendia nada nem queria pronunciar-se sobre os acontecimentos que levaram o PSD maranhense ao esfacelamento, depois de uma luta invicta de cerca de 20 anos. (Vitorino Freire formalizou seu definitivo rompimento com o governo do Estado, *O Imparcial*. São Luis, 03 de julho de 1965, p.1)

Durante todo o mês de julho o jornal trouxe várias reportagens explorando a medição de forças entre Vitorino e Newton. Para acirrar mais essa disputa, em 16 de julho:

O Diretório do PSD por unanimidade; decretou; hoje, intervenção no Diretório Regional do Partido no Maranhão; destituindo da presidência do mesmo o Governador Newton de Barros Bello. O pedido de intervenção foi feito pelo Senador Vitorino Freire de demais componentes da bancada do PSD no Maranhão no Congresso; que acabam de romper com o senhor Newton Bello; responsável pela crise que atravessa o Partido no Maranhão em razão da escolha do Sr. Antônio Euzébio Costa Rodrigues. (Diretório Nacional do PSD decretou intervenção no Diretório Maranhense, *O Imparcial*. São Luis, 17 de julho de 1965, p. 1)

Newton Bello enfraqueceu Vitorino Freire no interior do Estado, mas este tinha mais força no plano nacional, conseguindo a destituição do governador da presidência estadual do partido. Ao explorar tanto a luta entre os dois, o jornal estava mostrando como era necessária uma nova alternativa para o Maranhão, uma outra possibilidade que não seriam os candidatos apoiados por eles, pois, o Estado precisava de uma nova condução política.

A figura de José Sarney é muito enaltecida no periódico. A partir de julho de 1965 até outubro foi veiculada uma imagem que ratificava o apoio ao candidato e também uma forma de chamar mais a atenção do leitor. Veja ela abaixo:



Fonte: Jornal O Imparcial, 1965.

A sua campanha foi acompanhada passo a passo pelo periódico, o qual sempre mostrava Sarney e seu vice sendo bem recebidos por onde passavam, tanto na cidade como no interior. E os títulos eram bastante tendenciosos, sempre o colocando como aclamado, ovacionado pelo povo. Também trazia opiniões de outras figuras políticas sobre o candidato:

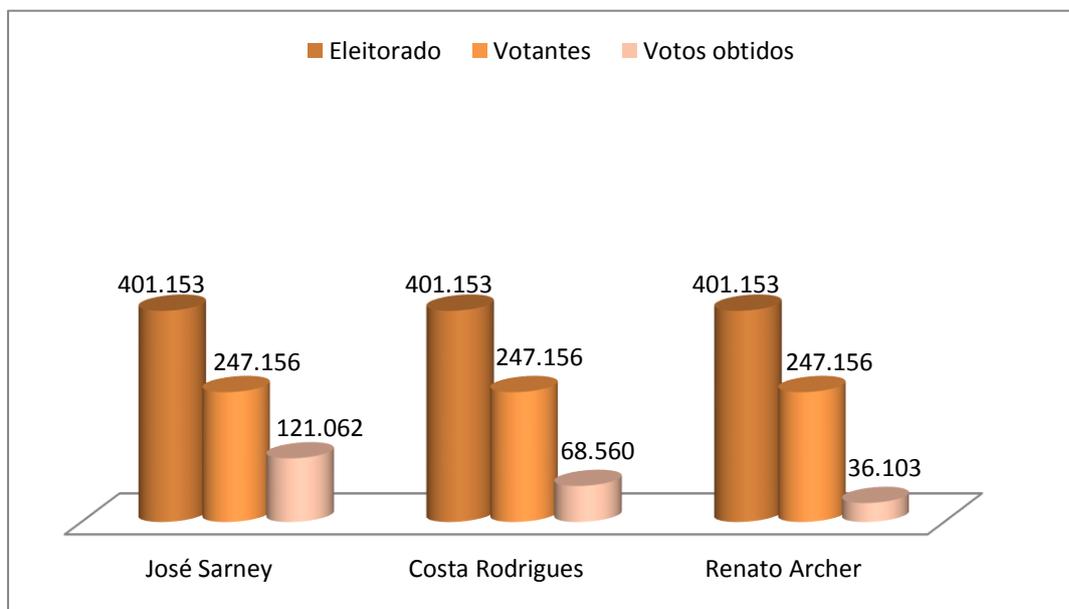
O Presidente do Bloco Parlamentar Revolucionário, deputado Aduino Carvalho, falando a Meridional sobre a luta sucessória no Maranhão, teceu rasgados elogios ao candidato da UDN e PSP, deputado José Sarney ao Governo do Estado, afirmando que Sarney, homem probo, combativo e culto vai realizar extraordinária obra administrativa para os maranhenses, pois ninguém duvida mais de sua vitória a 3 de outubro próximo. (Aduino não tem dúvida sobre a vitória de Sarney, *O Imparcial*. São Luis, 03 de Setembro de 1965, p.1)

Durante o mês de setembro de 1965 foi muito explorada na primeira página do jornal a opinião de importantes figuras políticas, tanto a nível regional como nacional, sobre a positividade, a sua marcha triunfal e a quase consumada vitória de José Sarney. Com o dia das eleições chegando o jornal usava todos os seus mecanismos para fechar com chave ouro a campanha, lembrando tudo que o candidato traria se fosse eleito. Ele faria um “governo do povo”, dignificaria o Estado e traria o progresso. Alguns títulos dos últimos dias da campanha: “Eleição de Sarney: Consagração Nacional”; “Com Sarney Maranhão deixará de ser capitaneado por corruptos”; “Apoio maciço a Sarney”; “Sarney dá grande dimensão à batalha pelas grandes conquistas sociais”; “Sarney é mensagem do progresso e integração do povo no governo; “Obra da SUDENE no Maranhão será facilitada com José Sarney governador; “Líder da UDN diz que Sarney é vitória da nova geração”. “O dia da Libertação” estava chegando como é apresenta no jornal:

O pleito de hoje marcará, com efeito; o fim de um ciclo político que se exauriu na sua inoperância. Mas terá mais do que isso o sentido de uma libertação definitiva. E que o Maranhão a partir de hoje mudou de rumos. Não aceitará a tutela da inépcia não aplaudirá a prepotência; não transigirá com a corrupção. Instalara-se hoje na nossa terra para a alegria dos que não tiveram futuro uma etapa histórica que dará futuro aos nossos filhos e sentido as nossas grandezas. O pleito de hoje não será apenas a consagração de um maranhense jovem. A eleição do Sr. José Sarney será mais do que uma vitória pessoal ou partidária. (O dia da Libertação, *O Imparcial*. São Luis, 03 de outubro de 1965, p. 1)

O sarneysmo consegue chegar ao governo do Estado, Sarney foi eleito com um número expressivo de votos, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 1: Resultado das Eleições de 1965 no Maranhão**



Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Série Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais. Disponível em [www.bd.camara.leg.br](http://www.bd.camara.leg.br)

Elaboração própria

### Considerações Finais

Analisar as eleições de 1965 nos possibilita perceber que o golpe e a instauração da ditadura empresarial-militar brasileira não tinham o apoio unânime da população, isto fica claro com o resultado do pleito, pois, de acordo com ALVES (1986), apesar dos candidatos que apoiaram terem ganhado na maioria dos onze Estados, em quatro (Guanabara, Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina), considerados como uns dos mais importantes perderam, a oposição conseguiu se articular melhor neles. Veja o resultado das eleições abaixo:

Estado / Partido	Candidato eleito/ Partido	Eleitorado	Votantes	Votação obtida pelo candidato eleito
Minas Gerais/ Partido	Israel Pinheiro da	2.718.792	1.880.694	<b>937.555</b>

<b>Silva (PSD)</b>			
<b>Guanabara/ Francisco Negrão de Lima (PSD/PTB)</b>	1.367.456	1.176.014	<b>582.026</b>
<b>Paraná/ Paulo Pimentel (PTN)</b>	1.437.801	1.016.572	<b>518.971</b>
<b>Santa Catarina/ Ivo Silveira (PSD/PTB)</b>	755.239	651.320	<b>328.480</b>
<b>Goiás/ Otávio Lage de Siqueira (UDN/PTB/PDC)</b>	554.466	384.351	<b>180.962</b>
<b>Paraíba/ João Agripino (PDC/UDN)</b>	456.938	344.997	<b>168.712</b>
<b>Pará/ Alacid da Silva Nunes (UDN/PTB/PTN/PDC/PR)</b>	440.837	244.381	<b>163.527</b>
<b>Rio Grande do Norte/ Mons. Walfredo Gurgel (PSD)</b>	321.014	281.125	<b>151.349</b>
<b>Maranhão/ José Sarney (UDN/PSP/PTN)</b>	401.153	247.156	<b>121.062</b>
<b>Mato Grosso/ Pedro Pedrossian (PSD)</b>	297.689	203.649	<b>109.905</b>
<b>Alagoas/ Sebastião Marinho Muniz Falcão(PSP)</b>	203.040	143.967	<b>59.338</b>

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Série Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais. Disponível em [www.bd.camara.leg.br](http://www.bd.camara.leg.br)

Elaboração própria

Essa eleição, no Maranhão, levou Sarney à conquista do governo estadual. Ao analisar os mecanismos que o possibilitou a isto, percebemos a sociedade política e a sociedade civil, no sentido gramsciano, trabalhando juntas, ou seja, alguns mecanismos coercitivos do Estado foram postos ao seu favor, para as eleições ocorrerem com “menos corrupção”, pois, o presidente Castelo Branco não queria que fossem usados, pelo menos aos olhos do povo, as mesmas práticas vitorinistas. Mas estes mecanismo foram acionados porque no âmbito da sociedade civil estava sendo construído o direcionamento político favorável a Sarney, sem essa formação do consenso, só a coerção não lograria o êxito esperado. Esse consenso

formado, principalmente, pelo aparelho privado de hegemonia, o jornal *O Imparcial*, com certeza foi fundamental para vitória esmagadora do candidato em outubro de 1965.

Sem dúvidas essa vitória foi de suma importância para a sua ascensão meteórica. Ele se tornou a principal liderança política do Maranhão, ganhou um grande prestígio nacional. Com o discurso do “Maranhão Novo” criou a esperança nos maranhenses de dias melhores para o Estado. Considerou-se o novo diante do vitorinismo, tendo o papel de romper com as práticas políticas arcaicas, mas na prática foram muito mais continuidades do que rompimentos.

Com certeza sua inteligência foi muito importante para sua ascensão política, mas só ela não seria suficiente, ele precisava fazer alianças que o impulsionassem, se aproximar de quem fosse conveniente de acordo com o momento. Então, quando aconteceu o golpe empresarial-militar ele se comportou convenientemente com o momento, sabendo medir o que deveria falar e fazer. Dessa forma ele caiu nas graças do governo obtendo sua ajuda nas eleições de 1965. Além disso, também tinha o folhetim de maior circulação no Estado a seu favor.

Analisar esses caminhos percorridos por José Sarney é de suma importância para compreender como ele ganhou seu grande poder e permanece presente na política até hoje. Ele é uma figura importante da história republicana do Brasil, principalmente, do Maranhão. E estudar a história do sarneysmo é compreender marcas que estão presentes no Estado até hoje.

## **Referencias**

### **I) Fontes Documentais**

Edição do periódico: *Jornal O Imparcial*

Publicações datadas de 1964 a 1965

Acervo documental localizado na Biblioteca Pública Benedito Leite.

### **II) Obras Gerais**

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**-2.ed.-Petrópolis: Vozes.1984.

BUZAR, Benedito B.. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**/-São Luis: Lithograf- Industria Gráfica e editora Ltda, 1998.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2000-2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1968.

MELO, D. B. . Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural** (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

PICCOLO, Monica. O Sarneysmo rumo ao poder: Disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica, SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luis: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

